



Práxis Educativa

ISSN: 1809-4309

Universidade Estadual de Ponta Grossa

St. Pierre, Elizabeth Adams

Uma história breve e pessoal da pesquisa pós-qualitativa: em direção à "pós-investigação"*

Práxis Educativa, vol. 13, núm. 3, 2018, Setembro-Dezembro, pp. 1044-1064

Universidade Estadual de Ponta Grossa

DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.13i3.0023>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=89457077023>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

**Uma história breve e pessoal da pesquisa pós-qualitativa:
em direção à “pós-investigação”***

**A brief and personal history of post qualitative research:
toward “post inquiry”**

**Una historia breve y personal de la investigación post-cualitativa:
en dirección de la “post-investigación”**

Elizabeth Adams St. Pierre**

Resumo: Neste artigo, a autora aborda sua dificuldade com a desconexão entre os conceitos e as práticas da “metodologia qualitativa humanista convencional” e as teorias pós-modernas e pós-estruturais, especialmente a desconexão entre suas ontologias. Ela descreve sua própria história como pesquisadora que estudou simultaneamente, mas separadamente, metodologia qualitativa humanista e teorias pós, ilustrando a separação tão comum entre, de um lado, a metodologia qualitativa e, de outro, a epistemologia e a ontologia com as quais está emaranhada. Ela encoraja pesquisadores a realmente utilizar as críticas ontológicas oferecidas pelos “pós” e se engajarem nos neoempirismos da virada ontológica, talvez usando conceitos futuristas como métodos na investigação pós-qualitativa ou “pós-investigação”.

Palavras-chave: Pesquisa pós-qualitativa. Pós-investigação. Virada ontológica.

Abstract: In this paper, the author explains her difficulty with the disconnect between the concepts and practices of “conventional humanist qualitative methodology” and postmodern and poststructural theories, especially the disconnect between their ontologies. She describes her own history as an academic researcher who studied humanist qualitative methodology and post theories simultaneously but separately, illustrating the too-common separation of qualitative methodology from the epistemology and ontology with which it is entangled. She encourages scholars to actually use the ontological critiques offered by the “posts” and to engage the new empiricisms of the ontological turn, perhaps using futural concepts as methods in post qualitative inquiry or “post inquiry.”

Keywords: Post-qualitative research. Post inquiry. Ontological turn.

* Tradução de Felipe Aguiar e revisão técnica de Thiago Ranniery e Elizabeth Macedo.

** Professora titular do *College of Education, University of Georgia*, EUA. E-mail: <stpierre@uga.edu>.

Resumen: En este artículo, la autora explica su dificultad con la desconexión entre los conceptos y las prácticas de la “metodología cualitativa humanista convencional” y las teorías postmodernas y postestructurales, especialmente la desconexión entre sus ontologías. Ella describe su propia historia como investigadora que estudió simultáneamente, pero por separado, metodología cualitativa humanista y teorías post, ilustrando la separación tan común entre, de un lado, la metodología cualitativa y, de otro, la epistemología y la ontología con las cuales se enreda. Ella encoraja a los investigadores a realmente utilizar las críticas ontológicas ofrecidas por los “post” y a involucrarse en los neoempirismos del giro ontológico, tal vez usando conceptos futuristas como métodos en la investigación post cualitativa o “post investigación”.

Palabras clave: Investigación post cualitativa. Post investigación. Giro ontológico.

Apresentei muito deste artigo¹ que revê minha própria história com que chamei de “pesquisa pós-qualitativa” (ST. PIERRE, 2011, 2013; LATHER; ST. PIERRE, 2013) como uma apresentação oral, em 2013, na 34th Bergamo Conference on Curriculum Theory and Classroom Practice. Escrever o artigo para essa Conferência foi útil, não só para pensar no passado, mas também para pensar sobre as possibilidades do nosso trabalho avançar no que alguns, nas Humanidades e nas Ciências Sociais, estão chamando de “virada ontológica”, como foram os comentários e perguntas do público, muitos das quais retomo aqui.

Neste artigo, destaco três principais períodos na minha história como pesquisadora de Ciências Sociais. O primeiro foi um encontro (ST. PIERRE, 1995), seguido de uma frequente dificuldade, com a incomensurabilidade entre o pós-modernismo, o pós-estruturalismo, o pós-humanismo e outras abordagens as quais me refiro aqui como os “pós” e a “metodologia qualitativa convencional humanista” (ST. PIERRE, 2011, 2013) ou a “metodologia qualitativa dos anos 1980” (LINCOLN; GUBA, 1985; ERICKSON, 1986). Esse período incluiu uma tentativa de usar as teorias pós para criticar, desconstruir e trabalhar as ruínas (ST. PIERRE; PILLOW, 2000) dessa metodologia a fim de torná-la ininteligível e “[...] produzir conhecimento diferente e produzir conhecimento de forma diferente” (ST. PIERRE, 1997, p. 175). Penso, entretanto, que ficávamos mais confortáveis com as críticas pós-epistemológicas do que com suas possibilidades para repensar a ontologia.

Para mim, esse período terminou quando passei de uma crítica dessa metodologia para a sua defesa em resposta ao neopositivismo nos debates sobre o que contava como pesquisa rigorosa, de alta qualidade, “pesquisa cientificamente embasada” (SBR), como descrita no ato *No Child Left Behind*, de 2002, e no relatório *Scientific Research in Education* do *National Research Council*, de 2002. Durante esse segundo período, em que incluí a primeira década do século XXI, nós repetimos a crítica da ciência social positivista já realizada pelos inventores da metodologia qualitativa vinte anos antes. Era como viver em um tempo fissurado, quando vivíamos para responder àqueles que estavam “paradigmas atrás” (PATTON, 2008, p. 269), àqueles que tinham perdido todas as viradas - por exemplo, a virada social, a virada cultural, a virada linguística, a virada pós-moderna, e assim por diante.

Em um terceiro período, mais recente, cansada de defender uma metodologia qualitativa que nunca pude reconciliar com o pós-modernismo, eu e outros, novamente, retomamos a sua crítica, focando especialmente nas questões ontológicas, muitas das quais foram descritas por pesquisadores pós-estruturais meio século antes. Naturalmente, a descrição linear que inventei

¹ A versão em inglês deste artigo foi publicada na *Journal of Curriculum Theorizing*, v. 30, n. 2, p. 2-19, 2014. Agradecemos a autora pela autorização de sua publicação em português.

apenas mostra a complexidade de diversas décadas de pesquisa nas Ciências Sociais nas quais tudo aconteceu de uma só vez.

Desconfio, no entanto, que minha história é semelhante à de outros colegas da minha geração que foram formados com metodologia qualitativa humanista, e que, *separadamente*, estudaram críticas pós-modernas da epistemologia e da ontologia humanista que tornam essa metodologia impensável. Ao longo dos anos, tem se tornado bem claro para mim que metodologia nunca deve ser separada da epistemologia e da ontologia (como se pudesse ser) sob pena de tornar-se mecanizada, instrumental e reduzida a métodos, processos e técnicas. Olhando para trás, sei, agora, que li Deleuze tão cedo no meu programa de Doutorado que a ontologia da metodologia qualitativa humanista nunca poderia ter feito sentido. Para mim e para outros como eu, essa metodologia foi arruinada desde o início, embora não soubéssemos disso, completamente, na época.

Em 2011, usei deliberadamente o termo, grande e ambíguo, “pós-qualitativo” para marcar o que vejo como a impossibilidade de uma interseção entre a metodologia qualitativa humanista convencional e “os pós.” Reconhecer essa impossibilidade pode ajudar a abrir caminho para o que, espero, seja uma multitude de diferentes possibilidades para a investigação pós-qualitativa – talvez, para a *pós-investigação* – e ofereço, aqui, duas delas.

Em primeiro lugar, caso os pesquisadores sociais da ciência coloquem de lado a metodologia qualitativa humanista convencional, que penso ter se tornado monolítica e sufocante, podem realmente *usar* as produtivas análises fornecidas pelos “pós” – por exemplo, a arqueologia, a genealogia e o *poder-saber* de Foucault; *rizomática e esquizoanálise* de Deleuze e Guattari; *desconstrução afirmativa* de Derrida; *paralogia* de Lyotard (SPIVAK, 1993, p. 274) – de modo a pensar sobre o que os confunde. Contudo, para repetir, não sei como se pode pensar essas análises *com* a metodologia qualitativa humanista convencional porque seus compromissos ontológicos e epistemológicos não se alinham. Por exemplo, não está claro para mim como alguém usaria a arqueologia de Foucault (1972) em um estudo qualitativo com entrevista, dado que Foucault escreveu, ao longo de *Arqueologia do Saber*, que não se interessava pelo “sujeito falante”. Eu diria que as análises “pós” exigem uma abordagem diferente *desde o início*. Eu incentivo àqueles que querem usar tais análises a começar por Foucault ou Derrida, Deleuze e não pelo processo de pesquisa qualitativa convencional. Ou seja, a primeira possibilidade de pesquisa pós-qualitativa seria usar as análises “pós” já disponíveis.

1046

Colocar de lado, desde o começo, a metodologia qualitativa humanista também permite uma segunda possibilidade: fazer funcionar o que alguns estão chamando de “neoempirismo” (CLOUGH, 2009, por exemplo) e “neomaterialismo” (ALAIMO; HEKMAN, 2008; BARAD, 2007; COOLE; FROST, 2010; MOL, 2002, por exemplo) organizados sob o nome de “virada ontológica.” Esse trabalho está rapidamente se espalhando por meio das Humanidades e das Ciências Sociais com estudiosos insistindo que nos envolvamos com a ontologia; muitas vezes ignorada na luta epistemológica pela significação que coloca no centro do debate acadêmico os já privilegiados projetos cartesianos de conhecimento, incluindo a metodologia qualitativa humanista convencional. Vou discutir essa possibilidade no final deste artigo.

Para resumir minha história pessoal, uma inicial desconexão entre metodologia qualitativa humanista convencional e os “pós” levou-me, primeiro, a desconstruir essa metodologia. Essa desconstrução foi interrompida pela política, pelo poder e pelo positivismo de pesquisas cientificamente embasadas, tanto que passei muitos anos defendendo simultaneamente a metodologia qualitativa e o pós-modernismo. Nesse tempo, estudiosos renovaram essa desconstrução inicial ao engajarem-se, especialmente, nas críticas ontológicas dos pós para ver onde elas poderiam nos levar. Acredito que estejamos no começo deste trabalho, especialmente

na pesquisa no campo da educação. O que pode acontecer à pesquisa na era *pós-investigativa* não está, de modo algum, claro.

A crítica nos “pós”

Como é a crítica nos pós e aonde ela nos leva? Como uma metodologia qualitativa convencional humanista de crítica usaria perspectivas pós-estruturais? Foucault (1988a, p. 154), por exemplo, escreveu: “Crítica não é uma questão de dizer que as coisas não estão bem do jeito que estão. É uma questão de indicar [sobre] que tipos de suposições, [sobre] que tipos de modos de pensamento familiares, não contestados, desconsiderados, as práticas que nós aceitamos descansam”.

É importante destacar, aqui, que Foucault incluiu em sua descrição da crítica tanto questões epistemológicas (modos de pensamento) como questões ontológicas (as práticas permitidas por modos de pensamento). Ele continua explicando que, após identificar e questionar pressupostos do que é tomado por óbvio, “[...] não se pode mais pensar as coisas como se pensava anteriormente, [e] a transformação torna-se muito urgente, muito difícil e bastante possível” (FOUCAULT, 1988a, p. 155). Sobre esse aspecto, ele escreveu que seu papel era “[...] mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que sentem, que as pessoas aceitam como verdade, como evidência, alguns temas que foram construídos em certo momento durante a história e que esta suposta evidência pode ser criticada e destruída” (FOUCAULT, 1988a, p. 10). Dessa maneira, a crítica é uma prática da liberdade para Foucault.

Acredito que a descrição de Foucault da crítica é útil por duas razões. Primeiro, não requer a rejeição de uma estrutura existente, e quero deixar claro que não estou rejeitando a metodologia qualitativa humanista convencional. Se alguém aceita seus pressupostos humanistas, ela faz sentido. Entretanto, se alguém não os aceitar, não farão sentido. Em segundo lugar, a crítica de Foucault é útil porque se dirige à ontologia e à epistemologia. Isso é muito importante, porque a crítica da ontologia humanista está dirigindo muitas pesquisas pós-qualitativas.

Derrida (1972) ofereceu uma abordagem similar quanto à crítica, explicando que a desconstrução não é uma exposição do erro, mas uma leitura muito séria, cuidadosa, que identifica contradição em uma estrutura, a contradição que, escreveu Derrida, “[...] vira ao avesso e desloca uma ordem conceitual, assim como a ordem não-conceitual com que a ordem conceitual é articulada” (DERRIDA, 1972, p. 329). É importante notar que Derrida, como Foucault, incluiu o material (o não-conceitual), assim como o discursivo (conceitual), em sua descrição da desconstrução. O deslocamento de uma estrutura material-discursiva permite que algo mais seja pensado e possa acontecer e, dessa forma, a desconstrução também pode ser chamada de uma prática da liberdade. Como destaquei antes, argumento que a estrutura da metodologia qualitativa humanista convencional está tão profundamente marcada por contradições que ela se desconstrói e, assim, pode ser deslocada.

Para Foucault e Derrida, a crítica não começa com a suposição de que o que existe é errado ou inexato; antes, a crítica examina as suposições que estruturam o discursivo e o não-discursivo, o linguístico e o material, as palavras e as coisas, o epistemológico e o ontológico para colocar em primeiro plano a historicidade e, assim, a natureza *não-natural* do que existe. Como Rorty (1986, p. 48) explicou eloquentemente, “[...] se levássemos a sério a noção de que conhecemos somente o mundo e nós mesmos sob uma descrição”, poderíamos escolher reescrever essa descrição e, então, talvez, redescrever o mundo e nós mesmos. Ou seja, poderíamos nos recusar a repetir as mesmas descrições. Talvez pudéssemos ser-fazer-viver algo diferente. Esta é a agência, a liberdade dos pós, de “recusar o que somos” (FOUCAULT, 1982, p.

216), o que fazemos, o mundo que criamos. E, como observou Foucault, uma vez que entendemos isso, nosso trabalho torna-se muito urgente, muito difícil e bastante possível.

Em minha crítica à metodologia qualitativa humanista convencional, mantive o entendimento da crítica de Foucault e Derrida em mente. Para repetir, não afirmo que a estrutura da metodologia qualitativa humanista é errada ou incerta. Argumento que, no entanto, seus pressupostos sobre a natureza da pesquisa baseiam-se na descrição iluminista e humanista do ser humano, da linguagem, do material, do empírico, do real, do conhecimento, do poder, da liberdade e assim por diante e, portanto, são incomensuráveis com as descrições de tais conceitos nos pós (ST. PIERRE, 2000).

Desconstrução: problemas desde o início

Como escrevi anteriormente, cheguei à metodologia qualitativa e às teorias pós-estruturais ao mesmo tempo, mas separadamente quando comecei meu Doutorado na *Ohio State University*, em 1991, e tive aulas com Patti Lather e Laurel Richardson. Muito acontecia nas Ciências Sociais no início da última década do século XX. Na *Ohio State University*, Lather publicou seu primeiro livro, *Getting smart*, em 1991; e, em uma aula de escrita, Richardson deu-nos um rascunho do seu clássico capítulo *Writing: a method of inquiry*, publicado na primeira edição de 1994 do *Manual de Pesquisa Qualitativa (Handbook of Qualitative Research)*. Eu me lembro como era difícil de ler *Getting smart*. Fiquei imediatamente perdida, tomei muitas notas e percebi, em algum momento, que estava, na maior parte das vezes, apenas copiando o livro. *Gender trouble*, de Judith Butler, havia sido publicado em 1990, um ano antes de eu começar meu Doutorado, e, também, era muito difícil de ler. Em 1990, Linda Nicholson publicou uma coleção editada intitulada *Feminism/Postmodernism*. Assim, finalmente, tivemos alguns livros que nos ajudaram a pensar o feminismo com o pós-modernismo; livros que, de fato, transformaram tanto o feminismo quanto o pós-modernismo.

1048

Naquele tempo, as traduções dos pós-estruturalistas franceses haviam acabado de ser publicadas, embora muitos textos franceses ainda estivessem para ser traduzidos e não houvesse muitas fontes secundárias que fornecessem comentários ou críticas. Foucault morreu em 1984 e, lentamente, traduções de suas entrevistas e ensaios foram publicadas em várias coleções. Aqueles que podiam ler francês citavam as edições originais de Foucault, de Derrida, de Deleuze, de Deleuze e Guattari, Lyotard e o trabalho de Baudrillard; o resto de nós estava no escuro. Não havia muitos educadores ou pesquisadores em educação nos Estados Unidos usando teorias pós-estruturais naquela época. Alguns acadêmicos, sem ler a literatura detalhadamente, acusaram os “pós” de serem relativistas, niilistas, deliberadamente obscurantistas e, depois, simplesmente os descartaram. Esse problema persistiu nos debates sobre a pesquisa cientificamente embasada da década seguinte.

Em 1991, a metodologia qualitativa tinha acabado de ser inventada e ainda era considerada radical. Mesmo as primeiras descrições da nova metodologia baseavam-se em projetos de conhecimento humanista conflituosos: abordagens interpretativas, críticas e positivistas nas Ciências Sociais. Extremamente influenciadas pela virada interpretativa e pela antropologia interpretativa descritas no livro clássico de Geertz (1973), *A interpretação da cultura*, as primeiras metodologias qualitativas foram também marcadas pela virada crítica e os projetos feministas de justiça social, os estudos sobre raça, os estudos *gays* e lésbicos e tantos outros que exigiram ação e não somente interpretação. No entanto, muito dessa literatura metodológica inicial foi incapaz de escapar do arraigado positivismo trazido para os Estados Unidos, no início do século XX, por positivistas lógicos do Círculo de Viena que fugiram da Alemanha nazista e imigraram aos Estados Unidos. Com promessas da predição e, logo, de controle social, o

positivismo lógico rapidamente ganhou proeminência e influência, a ponto de ser hoje, como Steinmetz (2005) explicou, “o inconsciente epistemológico” das Ciências Sociais norte-americanas, dominando campos como Psicologia e Economia.

Quando comecei meu programa de Doutorado em 1991, não havia muitos livros introdutórios sobre metodologia qualitativa e poucos periódicos publicavam o trabalho qualitativo. Logo, os pesquisadores dessa metodologia criaram novos periódicos e tornaram-se editores de outros a fim de publicarem suas pesquisas. O primeiro volume do *International Journal of Qualitative Studies in Education* foi publicado em 1988, e o primeiro volume da revista *Qualitative Inquiry* só foi publicado sete anos mais tarde, em 1995.

Em uma análise da literatura da metodologia qualitativa da década de 1980, descobri que a estrutura era confusa desde o princípio, à medida que tentava, sem sucesso, afastar-se do positivismo em direção às ciências sociais interpretativas e críticas. Por exemplo, textos que reivindicaram ser “interpretativos” ou “críticos” retiveram conceitos estruturais positivistas como *objetividade, viés, dados, codificação dos dados, teoria fundamentada, auditoria, confiabilidade, triangulação e sistematicidade*, mesmo quando introduziam conceitos fenomenológicos como *voz, experiência vivida, narrativa* e/ou conceitos críticos como *autenticidade, agência, emancipação, transformação, justiça social, opressão*. A estrutura, com efeito, desconstrói-se.

Eu não sei a história do ensino de metodologia qualitativa, e se ninguém fez esse estudo, seria um bom projeto. Sei que, até 1991, Patti Lather tinha desenvolvido uma sequência de três cursos sobre metodologia qualitativa na *Ohio State University* e que Laurel Richardson proferia cursos de pesquisa qualitativa em Sociologia. Assim, em 1991, quando comecei meus estudos de Doutorado, a metodologia qualitativa tinha se transformado em uma reconhecível estrutura, uma formação discursiva e material com suas próprias regras e regularidades para produzir objetos do conhecimento, incluindo pessoas. Seguindo Foucault (1972, p. 178), pode-se concluir que a pesquisa qualitativa havia atingido o limiar de uma positividade que a tornou “aceita, institucionalizada, [e] transmitida”. De qualquer forma, estava a caminho de tornar-se real nos textos que escrevíamos, nos cursos que ensinávamos e nos conceitos e nas práticas que a constituíram – e que, por sua vez, ela permitiu. Não apenas a usamos para produzir conhecimento, mas conseguimos também produzir um objeto de conhecimento. Nós, metodólogos, estudamos metodologia de pesquisa qualitativa, e neste estudo, dividimos, proliferamos e elaboramos a ponto de que agora temos livros, manuais e cursos universitários inteiros, por exemplo, sobre projetos de pesquisa, entrevista, codificação de dados, registros e diários de campo.

É importante nós reconhecermos que a metodologia qualitativa participa da e continua a história de séculos de projetos de conhecimento cartesiano, descobrindo o que é conhecido apenas por ainda não ser conhecido ainda. Dada a natureza do período histórico e político após a Segunda Guerra Mundial, não é de se estranhar que a epistemologia — conhecimento, conhecimento, conhecimento — esteve à frente e no centro das Ciências Humanas e Sociais. Nós testemunhamos a devastação global causada pela abordagem do “conhecimento pelo conhecimento” das pesquisas patrocinadas pelo estado. Tínhamos inventado a bomba atômica porque podíamos e, então, a usamos para matar milhões. Nos campos de concentração da Europa, cientistas conduziram experimentos, torturaram e mataram seres humanos por causa do conhecimento. Nós sabíamos que nossas universidades foram cúmplices da máquina da guerra, inventando e alimentando as forças armadas para conquistar e subjugar. Desencadeamos a ciência e a tecnologia. Elas eram nossos novos deuses. Estávamos convencidos de que o conhecimento científico era a cura para os males do mundo.

Nós também criamos um desejo por outros tipos de conhecimento. Aqueles que tinham ido à guerra sabiam bem que as culturas diferentes produzem conhecimentos e práticas diferentes. Os movimentos sociais, organizados várias décadas após a Segunda Guerra Mundial, incentivaram-nos a abraçar o multiculturalismo e a diversidade; e, porque queríamos ouvir as vozes de todos e saber o que sabiam, inventamos novas metodologias para capturar conhecimentos subjugados. A serviço da justiça social era urgente resistir à força da quantificação da ciência social positivista e isenta de valores; perturbar os cânones disciplinares e excludentes, promovendo a inclusão do conhecimento dos despossuídos; e tornar públicos o conhecimento e as experiências cotidianas dos oprimidos, dos perdidos e dos esquecidos.

Nesse trabalho, a metodologia qualitativa tornou-se uma bem-sucedida máquina de produção de conhecimento. Ao invés de ler dados estatísticos coletados por pesquisas e experimentos, nos quais aquilo que as pessoas pensam e sentem desaparecia nos números, nas tabelas e nos gráficos, nós recuperamos o corpo vivo – queríamos as pessoas vivas, de carne e osso, presentes. Queríamos conversar com elas face a face para ver, em primeira mão, como seus rostos e corpos eram quando descreviam as experiências diárias vividas. Nosso desejo era ver sua dor. Queríamos testemunhar, em primeira mão, sua opressão, rir e chorar com elas quando nos contavam suas histórias, ouvir suas vozes que vinham das profundezas, do coração, de sua interioridade. Nós queríamos observá-los em seus ambientes naturais como *realmente* eram. Queríamos chegar ao solo da verdade, à realidade das suas vidas cotidianas. Ansiávamos por nossas *próprias* experiências em “estar lá” com as pessoas no campo, estando presentes, sendo testemunhas do momento. Logo, se capturássemos com cuidado e, sistematicamente, registrássemos a realidade autêntica, nós poderíamos reproduzi-la, representá-la nas palavras, na descrição consistente, de modo que outros pudessem ler nossos textos e estar lá também. Mesmo após a crise da representação, continuamos a apresentar nossos participantes a nossos leitores em uma bandeja de prata em nome do conhecimento.

1050

Eu usei essa descrição da metodologia qualitativa humanista quando comecei a aprender sobre ela em 1991, para moldar minha pesquisa da tese. O projeto era uma combinação de um estudo de entrevista com 36 mulheres brancas, mais velhas, do sul do país, moradoras da minha cidade com uma etnografia da pequena comunidade rural em que viveram. Pretendia investigar o que Foucault (1978, 1988b, 1984b) chamou de as *artes da existência* ou as *práticas de si* que elas usaram durante suas longas vidas para construir a subjetividade. Tanto no fazer quanto na escrita do estudo, a metodologia qualitativa humanista desconstruiu a si mesma. À medida que vivia, escrevia e pensava com os “pós”, aprendi que não podia, depois de escrever uma revisão de literatura tratando as teorias pós que informaram meu estudo (Capítulo 2), descrever a feitura do estudo usando metodologia qualitativa humanista convencional (Capítulo 3). Ao invés disso, usei a *dobra* (DELEUZE, 1993) para desconstruir diversos conceitos-chave dessa metodologia que eram especialmente incômodos para meu estudo — *dados de campo*, a *entrevista* — e nomeei esse trabalho “metodologia na dobra”.

Utilizei um conceito *como método*. No entanto, esse “método” não era um procedimento prescritivo, descrito passo a passo (por exemplo, entrevista, observação de participantes), antes do meu estudo, em algum livro didático que eu poderia facilmente implementar durante o “trabalho de campo”. Em vez disso, o conceito desacelerou e reorientou meu pensamento sobre tudo. Esse trabalho foi minha primeira investigação pós-qualitativa, e não havia volta. Como Deleuze e Parnet (1987, p. 127) destacam, “[...] pode-se pensar que nada mudou e, no entanto, tudo mudou”.

Certamente, não era a única desconstruindo conceitos que estruturam e organizam a metodologia qualitativa humanista convencional no início de 1990. Lather (1993) e Scheurich (1993) desconstruíram a *validade*. Scheurich (1995) desconstruiu a entrevista. Na história, Scott (1991) desconstruiu a *experiência*. Nespore e Barylske (1991) desconstruíram a *narrativa*; e Visweswaran (1994) e Britzman (1995) desconstruíram a *etnografia*. Mais tarde, Lather (2000) desconstruiu a *empatia*, a *voz* e a *autenticidade*; Jackson (2003) desconstruiu a *voz*; e Pillow (2003) desconstruiu a *reflexividade*. Nessa altura, a metodologia humanista qualitativa, na verdade, estava arruinada.

Uma interrupção: Neopositivismo e pesquisa cientificamente embasada

Uma suspensão, penso eu. Para derrubar a estrutura da metodologia qualitativa humanista convencional e realizar um trabalho diferente, os investigadores qualitativos, assim como aqueles estudiosos que usaram teorias pós-modernas, foram atacados, em 2000, pela descrição positivista da pesquisa cientificamente embasada do *No Child Left Behind* (USA, 2002). Dois anos mais tarde, o comitê *National Research Council* (2002), alegando intervir na dominação neopositivista na pesquisa e na prática educacional, publicou um relatório, *Scientific Research Education* (2002), que não apenas sustentou o positivismo, mas também rejeitou o pós-modernismo. Era evidente que o pós-modernismo estava sendo usado como um código para toda abordagem da ciência social – interpretativa, crítica - que não fosse positivista. Aqueles que rejeitaram o pós-modernismo não somente não pareceram o ter estudado como também não estudaram o construcionismo, a fenomenologia, o feminismo ou a teoria *queer*. Nós nos perguntávamos que tipo de teoria social aqueles cientistas sociais tinham lido por cinquenta anos. Grover Whitehurst, o primeiro diretor do *Institute of Educational Sciences* (IES), escreveu em seu relatório final ao Congresso americano que seu trabalho tinha sido distinguir o trabalho rigoroso, científico (positivista) do IES “[...] do que tinha se tornado a forma dominante da pesquisa na educação na segunda metade do século XX: a pesquisa qualitativa fundada na filosofia pós-moderna” (INSTITUTE OF EDUCATION SCIENCES, 2008, p. 5). Quem poderia imaginar que tal coisa fosse possível, menos ainda *dominante*? Não repetirei aqui minha descrição da pesquisa cientificamente embasada (ST. PIERRE, 2006) ou de seu conhecimento positivista (ST. PIERRE, 2012).

Na educação, os ataques do positivismo à pesquisa qualitativa e ao pós-modernismo continuaram por anos – duraram tanto tempo que os danos não podem ser desfeitos. Durante a primeira década do século XXI, enquanto alguns de nós defendíamos tanto a metodologia qualitativa quanto o pós-modernismo da polícia positivista, muitas pesquisas qualitativas *mainstream* ficaram mais rígidas, enfatizando seu positivismo latente (por exemplo, focando em pesquisas orientadas por métodos e na codificação de dados) na tentativa de legitimidade. Em seu discurso inaugural como presidente da *National Academy of Sciences* em 2001, Bruce Alberts explicou que um de seus objetivos era fazer da educação uma ciência, e alguns diriam que ele, junto a outros, foram bem-sucedidos. Educação, na verdade, tornou-se uma ciência, e a insistência de que a pesquisa educacional fosse “científica” para que pudesse determinar “o que funciona” reduziu demais a pesquisa qualitativa ao método e à técnica – um processo que produziu muito trabalho banal e insignificante. Por exemplo, a análise de dados, descrita por Kvale e Brinkman (2009, p. 236) como uma “leitura teoricamente informada”, foi reduzida, linha a linha, à loucura da codificação de dados. Entretanto, isso não é surpreendente, uma vez que é muito mais fácil escrever um capítulo de livro ou uma aula sobre a codificação de dados do que sobre o pensar com teoria como Jackson e Mazzei (2012) fizeram em seu livro *Thinking with theory*. Para pensar com a teoria, deve-se primeiro ler a teoria; mas aprendi que as pessoas fazem pesquisas qualitativas sem ler muita teoria. Como Lather (1996, p. 2) observou há algum tempo, a

“[...] metodologia muitas vezes desvia a atenção das questões mais fundamentais da epistemologia”.

Ignorar epistemologia e ontologia, em favor de uma metodologia em si, tornou-se comum em um novo fenômeno chamado de “métodos mistos”, popular na década da pesquisa cientificamente embasada. Métodos mistos permitiram, aos pesquisadores educacionais, incluir um pequeno componente qualitativo — talvez algumas entrevistas — em um grande estudo quantitativo para obter financiamento federal do *Institute of Education Sciences*, dirigido por Whitehurst. Confusão e contradição não são incomuns em métodos mistos, quando um investigador pretende encenar ciência social positivista e interpretativa ao mesmo tempo, no mesmo estudo, usando métodos “mistos”. Por exemplo, o pesquisador usa positivismo para afirmar que existe uma realidade objetiva lá para ser encontrada e interpretativismo para reivindicar que a realidade é socialmente construída.

O que mais me impressionou em meu retorno à metodologia qualitativa, após anos trabalhando em sua defesa, foi a confusão teórica de grande parte desse trabalho simplista e cientificado após a pesquisa cientificamente embasada. De fato, descobri que a *metodologia qualitativa positivista* não era incomum. Em geral, a metodologia já não fazia nenhum sentido para mim. Durante esse período, claro que existiram estudos qualitativos em que epistemologias, ontologias e metodologias estavam alinhadas. Mesmo assim, eu me via frustrada e irritada por ter gasto tanto tempo defendendo uma metodologia que parecia ter perdido muito de sua inicial possibilidade radical. Comecei, então, a sinalizar minha preocupação e meu desejo por algo diferente, usando os rótulos “pesquisa pós-qualitativa” e “pós-investigação” (ST. PIERRE, 2011) em meus artigos e aulas.

Pós-investigação

1052

O que eu quis fazer no início da segunda década do século XXI? Alguém sugeriu que eu iniciasse um novo estudo qualitativo e considere essa possibilidade por cerca de trinta segundos. Eu havia deixado de trabalhar em estudos “qualitativos” desde 1997, dois anos depois de me formar, e tal estudo tinha sido uma impossibilidade por muitas razões. Sempre que pensei em fazer uma pesquisa qualitativa nos anos que se seguiram, congelei... e, ao invés disso, fui ao cinema. Não é que não tivesse lido, escrito, pensado e investigado sem parar. Eu simplesmente não conseguia fazer pesquisa qualitativa. Era impensável, tão impossível.

No entanto, ensinar sempre me ajuda a pensar, e, ao longo dos anos, fui desenvolvendo um conjunto do que chamo de cursos de “teoria”, cursos que eu gostaria de ter feito como estudante de Doutorado. Preparei um curso de pesquisa intitulado *Enquadramentos Teóricos para Estudos de Doutorado*, cursos sobre teoria pós-moderna, sobre Foucault, sobre Derrida. Por 18 anos, eu também dei um curso introdutório sobre metodologia qualitativa e, durante esse tempo, o pós-modernismo intrometeu-se cada vez mais na estrutura humanista que tais cursos normalmente têm. Os estudantes que cursavam teoria pós-moderna e os clássicos “metodologia qualitativa” humanista encontravam a mesma desconexão que eu vivi como estudante de Doutorado, porém mais cedo. A aflição deles aumentava muito quando tentavam escrever suas propostas de tese, de modo que, em 2003, desenvolvi um curso sobre pesquisa pós-qualitativa para auxiliar em seus trabalhos.

Nesse curso, meus alunos e eu, ao longo dos anos, procuramos por estudos qualitativos em que pudéssemos aplicar o rótulo — pesquisa qualitativa pós-moderna — mas, não surpreendentemente, encontramos poucos, se algum. Nós encontramos, por exemplo, estudos qualitativos humanistas que arrancaram um conceito, como o *rizoma*, do denso compilado de

conceitos de Deleuze e Guattari (1980/1987) e tentaram usá-lo em seus projetos sem se dar conta de que o rizoma traz consigo toda a ontologia de Deleuze e Guattari, seu empirismo transcendental, que não é o empirismo da metodologia qualitativa humanista. Em outros casos, encontramos estudos qualitativos que alegaram usar teorias pós-estruturais do sujeito, mas, na seção metodológica, incluíam descrições e tratamentos das pessoas como indivíduos humanistas com “vozes” únicas, esperando para serem libertadas pelos pesquisadores emancipatórios. Também encontramos relatórios de pesquisa que descreviam teorias pós-estruturais da linguagem na revisão da literatura, mas, na seção de metodologia, passavam de uma análise descritiva de dados para uma codificação de dados positivista, assumindo que as palavras podem ser, como os números, dados brutos.

Contudo, a desconexão entre a teoria e a metodologia é comum, penso eu, porque nós raramente preparamos cursos nos quais metodologia, ontologia e epistemologia estão alinhadas - por exemplo, cursos em pesquisa fenomenológica, pesquisa *queer* ou mesmo pesquisa positivista. Continuamos a separar a filosofia da ciência, como o positivismo insiste. O resultado de nossa revisão de estudos que pudessem ser nomeados “pesquisa qualitativa pós-moderna” foi que tal coisa era altamente improvável.

MacLure (2011, p. 998, grifo da autora) observou que a “[...] teoria pós-estrutural muitas vezes não *fez diferença* para as práticas mundanas da pesquisa e o tipo de conhecimento que ela produz”. Julgo que é porque abandonamos os pressupostos que organizam a “pós-teoria” a fim de inserir o nosso trabalho na estrutura reconhecível e confortável da metodologia qualitativa humanista. Afinal, o que se deve *fazer* com a teoria pós-estruturalista na pesquisa empírica? Onde está esse livro? Onde está esse “desenho de pesquisa”?

Em certo momento, comecei a aconselhar os estudantes que estavam se esforçando para conciliar a teoria pós-estrutural e a metodologia qualitativa humanista a simplesmente recusar tal metodologia, a desistir dela, a tentar desaprendê-la, esquecê-la, tirá-la de suas mentes. Ela tinha se tornado totalizante, até mesmo opressiva, e os estava bloqueando. No entanto, o que eles poderiam fazer?

1053

Usando pós-análises

Primeiro, como escrevi no início deste texto, aconselho meus alunos a realmente *usarem* as análises “pós” que, há mais de sessenta anos, já estão disponíveis. Eu os encorajo a tentarem esquecer a metodologia qualitativa humanista e a *começarem com os compromissos epistemológicos e ontológicos da análise* — por exemplo, a desconstrução de Derrida, a leitura poder-saber de Foucault —, *usando-os para pensar sobre o que eles estão interessados em pensar* — alunos repetentes, o currículo básico comum, a leitura. *Garanto-lhes que se estudarem a teoria cuidadosamente, sua “metodologia” seguirá.* Eu recomendo que não pensem sobre seus estudos usando a metodologia qualitativa e a sua grade de conceitos humanistas normalizadores, muitos dos quais positivistas: “indicação do problema”, “questões de pesquisa”, “desenho de pesquisa”, “processo de pesquisa”, “entrevista”, “observação”, “dados”, “levantamento de dados”, “análise de dados”, “teoria fundamentada nos dados”, “representação”, “sistematicidade”. Ao invés disso, eles podem perguntar, por exemplo, como Foucault estudaria as relações de poder em um aparato educacional em que o conceito *de aluno desistente* é possível? O que ele faria para investigar tal problema?

Claro, não há nenhuma receita, nenhum livro que explique, passo a passo, como “fazer” uma leitura ou genealogia do poder-saber foucaultiano; não há um “desenho de pesquisa” ou “processo de investigação” sobre como “fazer” a desconstrução de Derrida. Para usar essas análises, deve-se ler e lutar com textos escritos por Foucault e Derrida — que podem, a princípio,

parecer muito difíceis — e com ideias que podem invalidar o mundo de tal forma que “[...] pensar é viver em um grau mais elevado, em um ritmo mais rápido, de uma forma multidirecional” (BRAIDOTTI, 1994, p. 167). Um tal pensar, certamente, não pode ser capturado com antecedência ao estudo em um projeto de pesquisa ou em um cronograma. Se alguém tenta reduzir estudos como esses a uma receita, a um processo, a uma sistematização, a magia da investigação pode se tornar o que MacLure (2013) chamou de “empirismo lúmpen”. Além disso, lidar com Derrida ou Foucault é, eu acredito, muito mais difícil do que entrevistar seis a oito pessoas e, então, independentemente da epistemologia ou da ontologia, codificar as transcrições das entrevistas e prestar atenção em como os “temas”, de algum modo, “emergem” milagrosamente. Meus próprios estudantes de Doutorado (por exemplo, AMATUCCI, 2010; AUGUSTINE, 2010; COLLINS, 2013; SANFORD, 2012; VAN CLEAVE, 2012) produziram estudos inteligentes usando análises pós-estruturais, e dois, até hoje, ganharam premiações pelas teses. E como um membro de comitê, eu trabalhei com outros estudantes de Doutorado que usaram produtivamente essas análises.

Na conferência de 2013, em Bergamo, a crítica em relação às pós-análises era que a pesquisa que as usa, como a genealógica, é “somente análise textual”. Entretanto, eu argumentaria que esse comentário funciona no binário material/textual autorizado pela ontologia e pelo empirismo da metodologia qualitativa humanista convencional. Nela, o material ou “empírico” — o alicerce real, a fundação, a *origem* — é identificado como ordem primeira e primária, e a língua e/ou o discurso — *somente texto* — como uma segunda ordem, não-confiável e representacional. O que importa e conta como empírico, nessa metodologia, são os dados coletados face a face no presente: pense na frase de Geertz (1988, p. 1) “estar lá”.

A língua que importa é falada, a língua ouvida. A língua escrita, o texto, foi supostamente removido para longe demais do presente — o realmente real — para importar muito. Isso é fonocentrismo.

1054

Contudo, a hierarquia do binário material/textual (ciência/filosofia) não é pensável na ontologia dos “pós”. Woolgar e Lezaum (2013) responderam recentemente às críticas em relação à “análise apenas textual” em sua análise ontológica de um artigo de jornal (um texto), explicando que

[...] é importante enfatizar que o “textual” em “análise textual” não implica qualquer capacidade menor de promulgação ontológica [...]. Alguns autores têm sido tentados a descrever certos tipos de artefatos como “meramente” textuais, ou “meramente” discursivos, com a implicação de que alguns tipos poderiam ser não-textuais (ou seja, não-interpretáveis). (WOOLGAR; LEZMAN, 2013, p. 333).

Todavia, Derrida (1967/1974) explicou isso há meio século e sua pós-análise, a desconstrução, é uma crítica da ontologia de Platão, de seu fonocentrismo e de sua predileção pela *presença*, que informam as demandas por “face a face” da ontologia e do empirismo da metodologia qualitativa e, assim, relega o texto a um status secundário. Derrida desconstruiu o binário material/textual desde o início, quando ele escreveu “não há nada fora do texto” (DERRIDA, 1974, p. 158). Ele explicou:

O conceito de texto ou de contexto que me orienta abraça e não exclui o mundo, a realidade, a história. Mais uma vez (e isso faz provavelmente chegar a mil o número de vezes que eu tive que repetir isso, mas quando isso será finalmente ouvido e por que essa resistência?): como eu o entendo (e expliquei o porquê), o texto não é o livro, não se limita em um volume próprio confinado à biblioteca. Não suspende a referência à história, ao mundo, à realidade, ao ser e especialmente ao outro. (DERRIDA, 1981, p. 137).

O comentário ontológico de Derrida explica que o texto já é sempre do/com o mundo; nunca é “apenas um texto”. Tudo (incluindo a língua, o texto) existe na superfície, no nível da atividade humana, e não há nenhuma profundidade empírica primária que devamos diferir em pós-análises como há na ontologia e no empirismo da metodologia qualitativa humanista convencional. Ou seja, em pós-ontologias não faz sentido privilegiar a linguagem falada e ouvida “face a face” como se tivesse alguma pureza empírica primária ou valor, como se fosse a origem da ciência. Novamente, essa é a crítica de Scott (1991) quanto a embasar reivindicações de conhecimento na experiência vivida.

A esse respeito, Deleuze e Guattari (1987) explicaram que a distinção linguística/material não funciona em sua ontologia, “[...] não existe mais uma divisão tripartida entre um campo da realidade (o mundo) e um campo de representação (o livro) e um campo de subjetividade (o autor)” (DELEUZE; GUATTARI, 1987, p. 23). A hierarquia que habilita a predileção do material no dualismo material/textual não é pensável em sua ontologia, e a menção a uma “análise textual apenas” não faz sentido. No entanto, penso que é muito difícil para aqueles de nós bem treinados no empirismo que sustenta a pesquisa qualitativa humanista convencional *não* pensarmos no binário material/textual, não privilegiar a linguagem coletada “no campo” e “face a face” sobre a linguagem já escrita — em outras palavras, é difícil não privilegiar a *presença*.

Ironicamente, o que conta como dados em estudos qualitativos humanistas convencionais — o que analisamos — é *texto*, porque somos ensinados a textualizar a entrevista face a face (o que foi dito e o que ouvimos) em palavras escritas na transcrição da entrevista e a observação presencial (o que vi e ouvi) em palavras escritas nas notas de campo, assim, reconhecendo que o presente nunca pode ser presente, estável por tempo suficiente para ser analisado “sistemática” ou “cientificamente”. Devemos transformar tudo em palavras, linguagem, texto (algo no papel, algo real) por causa da ciência, então a análise, na metodologia qualitativa humanista convencional, é, afinal, “apenas análise e apenas textual” (ver, por exemplo, ST. PIERRE, 1997).

1055

A pergunta, penso eu, é por que privilegiamos palavras em alguns textos (por exemplo, transcrições de entrevista e notas de campo) sobre palavras em outros (por exemplo, um documento de política, uma lei federal, um livro de história, um roteiro de filme)? Essa é, naturalmente, uma questão empírica e uma questão ontológica. Se pensarmos com pós-ontologias, não faz sentido separar nossa análise das palavras “coletadas” em documentos usados em uma seção chamada “revisão da literatura” das palavras “coletadas” em transcrições de entrevistas e notas de campo em uma seção chamada “resultados”. No entanto, o fazemos. E eu diria que essa separação torna mais fácil o desalinhamento entre epistemologia, ontologia e metodologia na metodologia qualitativa humanista convencional.

Em suma, a primeira possibilidade que eu ofereço para a investigação pós-qualitativa é usar as pós-análises que temos há décadas, para, com elas, pensar sobre o que nos intriga.

Os neoempirismos/neomaterialismos

A segunda possibilidade para a pós-investigação qualitativa que mencionei no início deste texto seria usar o que tem sido produzido na “virada ontológica” (se, de fato, há uma), sob o nome de “neomaterialismo” e “neoempirismo”, em disciplinas tão diversas como literatura, física, ciência política, educação, filosofia e sociologia. Uma pergunta sobre esse trabalho é se ele é, de fato, “novo” e sigo discutindo isso.

Em primeiro lugar, eu aponto que alguns autores alegaram que todos esses “novos” momentos — a virada ontológica, a virada material, a virada empírica, a virada afetiva, a virada pós-humana — são reações a um suposto excesso linguístico ou narcisismo textual da teoria francesa dos “pós”, como se pós-análises negligenciassem a ontologia e o material. Eu discordo dessa avaliação e encontro críticas das ontologias do humanismo iluminista em toda essa literatura. Já descrevi a resposta de Derrida para a discussão sobre o binário material/textual, linguístico/material, na qual é evidente que o léxico da ontologia iluminista é simplesmente insuficiente. “Tudo começa antes de começar”, escreveu Derrida (1994, p. 161), derrubando a nossa concepção de ser. Para ajudar a pensar isso, ele inventou o conceito ontológico de fantasmagoria:

Assombrar não significa estar presente, e é necessário inserir a assombração para a própria construção de um conceito. De cada conceito, começando com os conceitos de ser e tempo. Isso é o que nós estaríamos chamando aqui de uma fantasmagoria. Ontologia se opõe a isso apenas num movimento de exorcismo. Ontologia é uma conjuração. (DERRIDA, 1994, p. 161).

Acredito até que as alguns trechos do trabalho de Derrida citados neste artigo ilustram sua crítica ao ontológico.

E é difícil entender como alguém poderia pensar Foucault privilegiando o discursivo em detrimento do material e do ontológico. Por exemplo, ele identificou a mudança ontológica que o conceito poderoso de Descartes, *cogito*, permitiu, o que Castro (2004, p. 483) chamou de “a conversão maciça de questões ontológicas em epistemológicas”. Lendo Descartes, é notável encontrar em *Meditações* essa mesma preocupação espiritual com a realização do ser onde a dúvida já não era possível, e onde alguém poderia finalmente saber [*connait*]. Não obstante, assim definindo o modo de ser ao qual a filosofia dá acesso, se entende que esta modalidade de ser está definida inteiramente em termos de conhecimento [*connaisant*], e que a filosofia, por sua vez, está definida em termos do desenvolvimento do sujeito conhecedor (FOUCAULT, 1997).

1056

Contudo, Foucault (1984a) indicou que o modo de ser que nós herdamos de Descartes e que acreditamos ser “natural” é, ao invés disso, histórico e assim contingente e não necessário; e incentivou-nos a criticá-la como segue:

A ontologia crítica de nós mesmos tem que ser considerada não, certamente, como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de conhecimento que está-se acumulando; tem que ser concebida como uma atitude, um ethos, uma vida filosófica em que a crítica do que nós somos é, ao mesmo tempo, a análise histórica dos limites que são impostos a nós e uma experiência da possibilidade de ir além deles. (FOUCAULT, 1984a, p. 50).

Em outras palavras, Foucault convidou-nos a considerar outros possíveis modos de ser, diferentes ontologias.

Na longa citação de Foucault (1972), está descrita a relação de objetos e discursos em sua análise arqueológica:

Nós devemos permanecer, ou tentar permanecer, no nível do discurso em si [...] [discursos] não são, como se poderia esperar, um mero cruzamento das palavras com as coisas: uma teia obscura de coisas e uma cadeia manifesta, visível, colorida de palavras. Eu gostaria de mostrar que o discurso não é uma fina superfície de contato ou de confronto entre uma realidade e uma linguagem (*langue*), o emaranhamento de um léxico e uma experiência; eu gostaria de mostrar com exemplos precisos, que, ao analisar os próprios discursos, o que se vê é o afrouxamento de nodos, aparentemente tão apertados, das palavras e coisas e o surgimento de um grupo de regras próprias à prática discursiva. Essas regras não definem nem a existência estúpida de uma realidade, nem o uso canônico de um vocabulário, mas a ordenação dos objetos. As “palavras e as coisas” são o título inteiramente sério de um problema; é o título irônico de um trabalho que modifica sua própria forma, desloca seus próprios dados, e revela, no fim do dia, uma tarefa completamente diferente. Uma tarefa que consiste não - ou não mais - em tratar discursos como grupos de sinais (significando os elementos que referenciam conteúdos ou representações), mas como práticas que sistematicamente dão forma aos objetos de que falam. Naturalmente, os discursos são compostos de sinais; mas o que fazem é mais do que apenas usar estes sinais para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua (*langue*) e ao discurso. É esse *mais* que devemos revelar e descrever. (FOUCAULT, 1972, p. 48-49, grifos do autor).

As regras do discurso e as práticas discursivas criam uma ordem de coisas que é, de fato, ontológica.

Talvez o que alguns estão chamando de “virada ontológica” não é propriamente um novo rumo, mas um *retorno*², uma reorientação para preocupações ontológicas como aquelas envolvidas nos “pós”. Talvez seja um compromisso de considerar diferentes ordens das coisas e diferentes *distribuições* do que temos sido e podemos ser. Em qualquer caso, retornar para uma discussão prévia, privilegiar o material e o empírico (como se nós soubéssemos o que essas palavras significam) sobre o textual e linguístico (como se nós soubéssemos o que essas palavras significam) não nos serve de nada porque fazer isso nos mantém presos ao binário material/textual habilitado por uma determinada ordem ontológica contra a qual as viradas estão trabalhando.

Minha avaliação da “novidade” desse trabalho é que ele se inspira fortemente nas críticas ontológicas disponíveis nos “pós”, críticas para as quais podemos estar atentando somente agora. Afinal de contas, pensar a ontologia de forma diferente, após a mudança maciça, no século XVII, para a epistemologia e o sujeito conhecedor, é realmente difícil. Dada a nossa obsessão com projetos de conhecimento humanistas, simplesmente não somos treinados para pensar muito sobre a ontologia ou a crítica do sujeito humano do humanismo. Como Foucault observou anteriormente, para fazer esse trabalho difícil, temos de desenvolver uma atitude, um *ethos* de crítica da ordem ontológica existente, especialmente da natureza do ser humano.

Deleuze e Deleuze e Guattari juntos são especialmente úteis em pensar a ontologia diferentemente porque sua crítica era deliberadamente ontológica. Se alguém fizer a leitura da literatura dos neoempirismos e dos neomaterialismos por intermédio do trabalho deles, ela parece completamente deleuzo-guattariana, mesmo que seu trabalho não seja citado. De modo importante, Deleuze e Guattari forneceram novos conceitos - intensos, *conceitos futuristas* com suas velocidades e seus ritmos próprios que nos desaceleram porque não cabem em ontologias existentes e assim criam aberturas, ajudando-nos a pensar em novos modos de ser. Certamente, como eu mencionei mais cedo com respeito a meu próprio uso da *dobra*, seus conceitos (por exemplo, agenciamento, rizoma, corpo-sem-órgãos) podem ser *métodos* que habilitam novas

² NT: A autora faz um trocadilho com as palavras *return* (retorno) e *turn* (virada) – *return* - impossível de ser mantido em português.

práticas de pesquisa, as quais não podem ser descritas antes de um estudo nem mesmo, facilmente, ao final.

Para mim, tentar pensar a metodologia qualitativa humanista convencional com esses conceitos futuristas é quase impossível, dado que ela está baseada nas capacidades limitadas dos desejos epistemológicos do *cogito*, aquele conceito cartesiano que nos desacelerou há séculos e nos lançou em direção a uma nova ordem das coisas cuja distribuição favorece hierarquias e binários como mente/corpo, homem/natureza e conhecedor/conhecido. Neles, como Foucault (1970) observou, a figura do homem é empiricamente constituída pela vida mesma e, em seguida, designado o autor do significado dessa ordem empírica, o intérprete da vida com todos os seus limites — o *sujeito conhecedor*. A metodologia qualitativa humanista convencional baseia-se nesse empirismo e na experiência vivida de seu ser humano.

Para pensar e viver novos modos de ser, podemos seguir Foucault e praticar uma ontologia crítica de nós mesmos e recusar esse modo de ser, até mesmo, talvez, o “novo sujeito conhecedor” (BRAIDOTTI, 2013, p. 159) do pós-humanismo. Entretanto, quem quer fazer isso? Quem *pode* fazê-lo? E aqui torna-se muito difícil pensar a investigação, uma vez que se muda para o ontológico. Vamos continuar a investigar como nós temos feito e simplesmente fazer perguntas ontológicas, além das epistemológicas — adicione ontologia e misture bem —, como se a ontologia já não estivesse sempre lá? Simplesmente substituímos questões ontológicas por epistemológicas no mesmo velho enquadramento, como se a ontologia e a epistemologia pudessem ser separadas? Podemos usar conceitos futuristas como métodos para quebrar e abrir essa estrutura? Nós podemos desenvolver um novo *ethos*? Se o fizéssemos, como chegar lá, viver, “ser” em um mundo tão sobrecarregado com o ser do humanismo? O que podemos *fazer*, pesquisadores? Como nós poderíamos investigar? Que tipos de investigações podem ser pensáveis em diferentes modos de ser, em diferentes ontologias?

1058

Será que nós investigaríamos? A investigação é imaginável sem o sujeito conhecedor?

Tudo isso pode ser demasiado difícil de pensar, e não estou certa de que possa escapar suficientemente do *cogito* cartesiano em que fui treinada – para ser a investigadora acadêmica produzindo conhecimento – a fim de pensar de forma diferente. Certamente, pareço somente pular de pergunta em pergunta.

Contudo, eu também travo em determinadas frases dos textos de outros que pensam diferentemente. Suas palavras são provocativas, e eu quero saber o que pode ser possível se, para escapar do ser humano do humanismo, eu pensasse em mim mesma como um “endurecimento transitório” (LANDA, 1997, p. 259) no fluxo das coisas, como “impessoal” (DELEUZE, 2001, p. 28) ao invés de “uma pessoa”; se eu compreendesse que todas as permutações do verbo *ser* (eu sou...) já não fossem mais pensáveis porque implicam o estático, a permanência, a *presença*, e, do mesmo modo, se eu compreendesse que qualquer “eu mesmo” que eu invoque “designa somente um mundo passado (‘eu era calmo’)” (DELEUZE; GUATTARI, 1994, p. 18). Gostaria de saber o que poderia ser possível se eu aceitasse que o “eu é um hábito” (DELEUZE; GUATTARI, 1994, p. 105); se eu fosse capaz “[...] de chegar não ao ponto onde já não digo eu, mas o ponto onde não é mais importante se alguém diz eu” (DELEUZE; GUATTARI, 1987, p. 3)? Eu quero saber o que poderia ser possível se eu séria e afirmativamente experimentasse com o que ainda está por vir, “povo por vir,” para chamar aqueles “povos ainda faltantes” (DELEUZE; GUATTARI, 1994, p. 176) sobre os quais nós ainda não podemos pensar e com os quais não podemos viver? Se tudo isso for possível, o que mais pode haver? O que *mais*, que excesso, que *suplemento*, pode ser afrouxado? “Falta-nos resistência ao presente. A criação de conceitos em si apela a uma forma futura, a uma nova terra e a povos que ainda não existem” (DELEUZE; GUATTARI, 1994, p. 109).

Eu confesso que não vejo como a metodologia qualitativa humanista convencional, inventada pelo *cogito* cartesiano, pode me ajudar com essa forma futura — um novo modo de ser, uma enorme mudança na ordem das coisas. Se continuarmos a proteger e perpetuar esta metodologia nos livros e artigos que escrevemos, assim como nos cursos que ensinamos, temo que a maioria dos nossos alunos vá seguir nossos passos e, como nós, terá dificuldade de escapar da sua formação. Talvez, em vez disso, possamos encorajá-los a praticar uma ontologia crítica de si mesmos, fazer experiências com o que ainda está por vir, convocar os povos ainda por vir. Não seria esse trabalho empírico requintado “pós-investigativo”?

Aqui, no final, me restam as perguntas limites para as quais eu aponte durante todo este texto e as repito. Dado que as descrições humanistas do ser humano organizam e estruturam os conceitos e as práticas da metodologia qualitativa humanista convencional, por que aqueles de nós que dizem fazer trabalho “pós” mesmo assim aderem a esse modo de ser e a seus pressupostos ontológicos? Por que nós continuamos a salvar conceitos e práticas humanistas das ruínas dessa metodologia e a pensar que funcionarão na investigação pós-qualitativa?

Ou seja, em nosso encontro com as ontologias dos “pós”, por que e quando nós rejeitamos os “pós”? Por que e quando nos dividimos? Que conceito(s) e prática(s) estamos com medo de perder? Estaríamos arriscando perder nosso próprio *ser*, a nós mesmos? Seria essa uma perda muito grande? Será que isso foi, em algum momento, pelo menos, real? Fecho com o aviso de Spivak (1993, p. 22) de que “[...] o que eu não consigo imaginar obstaculiza tudo o que devo/posso fazer, pensar, viver”. Esse aviso me persegue por mais de vinte anos, assombrando minha história, breve e pessoal, na pós-investigação.

Referências

1059

ALAIMO, S.; HEKMAN, S. (Eds.). **Material feminisms**. Bloomington: Indiana University Press, 2008.

AMATUCCI, K. **Teacher undone**. 2010. 245 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - University of Georgia, Athens, 2010.

AUGUSTINE, S. **Reading as assemblage**: intensive reading practices of academics. 2010. 196 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of Georgia, Athens, 2010.

BARAD, K. **Meeting the universe halfway**: quantum physics and the entanglement of matter and meaning. Durham: Duke University Press, 2007.

BRAIDOTTI, R. Towards a new nomadism: feminist deleuzian tracks; or, metaphysics and metabolism. In: BOUNDAS, C. V.; OLKOWSKI, D. (Eds.) **Gilles Deleuze and the theater of philosophy**. New York: Routledge, 1994. p. 159-186.

BRAIDOTTI, R. **The posthuman**. Cambridge: Polity Press, 2013.

BRITZMAN, D. P. “The question of belief”: writing poststructural ethnography. **International Journal of Qualitative Studies in Education**. v. 8, n. 3, p. 229-238, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1080/0951839950080302>

BUTLER, J. **Gender trouble**: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.

CASTRO, E. B. V. Exchanging perspectives: the transformation of objects into subjects in Amerindian ontologies. **Common Knowledge**, v. 10, n. 3, p. 463-484, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1215/0961754x-10-3-463>

CLOUGH, P. T. The new empiricism: affect and sociological method. **European Journal of Social Theory**, v. 12, n. 1, p. 43-61, feb. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1177/1368431008099643>

COLLINS, J. **Ghosts in the machine**: a foucaultian genealogy of the college board apparatus in the production of advanced placement english courses and secondary english language arts curriculum. 2013. 255 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - University of Georgia, Athens, 2013.

COOLE, D.; FROST, S. (Eds.). **New materialisms: ontology, agency, and politics**. Durham: Duke University Press, 2010.

DE LANDA, M. de. **A thousand years of nonlinear history**. New York: Zone Books, 1997.

DELEUZE, G. **The fold**: leibniz and the baroque. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

DELEUZE, G. Immanence: a life. In: DELEUZE, G. **Pure immanence**: essays on a life. New York: Zone Books, 2001. p. 25-33.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **A thousand plateaus**: capitalism and schizophrenia. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **What is philosophy?**. New York: Columbia University Press, 1994.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Dialogues**. New York: Columbia University Press, 1987.

DERRIDA, J. Signature, event, context. In: DERRIDA, J. **Margins of philosophy**. Chicago: University of Chicago Press, 1972. p. 307-330.

DERRIDA, J. **Of grammatology**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1974.

DERRIDA, J. **Positions**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

DERRIDA, J. **Specters of Marx**: the state of the debt, the work of mourning, and the new international. New York: Routledge, 1994.

ERICKSON, F. Qualitative methods in research on teaching. In: WITTROCK, M. C. (Ed.). **Handbook of research on teaching**. New York: Macmillan, 1986. p. 119-161.

FOUCAULT, M. **The order of things**: an archaeology of the human sciences. New York: Vintage Books, 1970.

FOUCAULT, M. **The archaeology of knowledge and the discourse on language**. New York: Pantheon Books, 1972.

FOUCAULT, M. **The history of sexuality**. New York: Vintage Books, 1978. (Volume 1: An introduction).

FOUCAULT, M. The subject and power. In DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. (Eds.). **Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics**. Chicago: University of Chicago Press, 1982. p. 208-226.

FOUCAULT, M. What is enlightenment? In: RABINOW, P. (Ed.). **The Foucault reader**. New York: Pantheon Books, 1984a. p. 32-50.

FOUCAULT, M. On the genealogy of ethics: an overview of work in progress. In: RABINOW, P. (Ed.). **The Foucault reader**. New York: Pantheon Books, 1984b. p. 340-372.

FOUCAULT, M. **Politics, philosophy, culture**. New York: Routledge, 1988a.

FOUCAULT, M. Technologies of the self. In: MARTIN, L. H.; GUTMAN, H.; HUTTON, P. H. (Eds.). **Technologies of the self: a seminar with Michel Foucault**. Amherst: University of Massachusetts Press, 1988b. p. 16-49.

FOUCAULT, M. The ethics of the concern of the self as a practice of freedom. In: RABINOW, P. (Ed.). **Ethics: subjectivity and truth**. New York: New Press, 1997. p. 281-301.

GEERTZ, C. **The interpretation of cultures: selected essays**. New York: Basic Books, 1973.

GEERTZ, C. **Works and lives: the anthropologist as author**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

1061

INSTITUTE OF EDUCATION SCIENCES. **Rigor and relevance redux: director's biennial report to congress (IES 2009-6010)**. Washington: U.S. Department of Education, 2008.

JACKSON, A. Y. Rhizovocality. **International Journal of Qualitative Studies in Education**, v. 16, n. 5, p. 693-710, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1080/0951839032000142968>

JACKSON, A. Y.; MAZZEI, L. A. **Thinking with theory in qualitative research: viewing data across multiple perspectives**. London: Routledge, 2012.

KVALE, S.; BRINKMANN, S. **Interviews: learning the craft of qualitative research interviewing**. Los Angeles: Sage, 2009.

LATHER, P. **Getting smart: feminist research and pedagogy with/in the postmodern**. New York: Routledge, 1991.

LATHER, P. Fertile obsession: validity after poststructuralism. **Sociological Quarterly**, v. 34, n. 4, p. 673-693, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.1993.tb00112.x>

LATHER, P. **Methodology as subversive repetition: practices toward a feminist double science**. Trabalho apresentado na Annual Meeting of the American Educational Research Association, New York, 1996. (mimeo).

LATHER, P. Against empathy, voice and authenticity. **Women, Gender and Research**, n. 4, p. 16-25, 2000.

LATHER, P.; ST. PIERRE, E. A. Post qualitative research. **International Journal of Qualitative Studies in Education**, v. 26, n. 6, p. 629-633, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/09518398.2013.788752>

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. **Naturalistic inquiry**. Newbury Park: Sage Publications, 1985.

MACLURE, M. Qualitative inquiry: where are the ruins? **Qualitative Inquiry**, v. 17, n. 10, p. 997-1005, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077800411423198>

MACLURE, M. **Response to Hekman**: “Subject matters: the evolution of the subject in feminist theory.” Trabalho apresentando na Conferência Developing Post-Constructivist Qualitative Research Methodologies in the Educational Sciences. Stockholm, Sweden, 2013. (mimeo).

MOL, A. **The body multiple**: ontology in medical practice. Durham: Duke University Press, 2002.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. **Scientific research in education**. Washington: National Academy Press, 2002.

NESPOR, J.; BARYLSKE, J. Narrative discourse and teacher knowledge. **American Educational Research Journal**, v. 28, n. 4, p. 805-823, 1991. DOI: <https://doi.org/10.2307/1163022>

1062

NICHOLSON, L. J. (Ed.). **Feminism/postmodernism**. New York: Routledge, 1990.

PATTON, C. Finding “fields” in the field: normalcy, risk, and ethnographic inquiry. **International Review of Qualitative Research**, v. 1, n. 2, p. 255-274, jun./oct. 2008.

PILLOW, W. S. Confession, catharsis, or cure? Rethinking the uses of reflexivity as methodological power in qualitative research. **International Journal of Qualitative Studies in Education**, v. 16, n. 2, p. 175-196, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1080/0951839032000060635>

RICHARDSON, L. Writing: a method of inquiry. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 1994. p. 516-529.

RORTY, R. Foucault and epistemology. In: HOY, D. C. (Ed.). **Foucault: a critical reader**. Cambridge: Basil Blackwell, 1986.

SANFORD, A. D. **A foucaultian genealogy of the common core state standards' production of secondary english language arts and the english language arts student**. 2012. 147 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - University of Georgia, Athens, 2012.

SCHEURICH, J. J. A postmodernist critique of research interviewing. **International Journal of Qualitative Studies in Education**, v. 8, n. 3, p. 239-252, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1080/0951839950080303>

SCHEURICH, J. J. The masks of validity: a deconstructive investigation. **International Journal of Qualitative Studies in Education**, v. 9, n. 1, p. 49-60, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1080/0951839960090105>

SCOTT, J. W. The evidence of experience. **Critical Inquiry**, v. 17, n. 4, p. 773-797, jun./oct. 1991. DOI: <https://doi.org/10.1086/448612>

SPIVAK, G. C. **Outside in the teaching machine**. New York: Routledge, 1993.

STEINMETZ, G. The epistemological unconscious of U.S. sociology and the transition to post-Fordism: the case of historical sociology. In: ADAMS, J.; CLEMENS, E S.; SHOLA ORLOFF, A. (Eds.). **Remaking modernity: politics, history, sociology**. Durham: Duke University Press, 2005. p. 109-157.

ST. PIERRE, E. A. **Arts of existence: the construction of subjectivity in older, white southern women**. 1995. 339 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - The Ohio State University, Columbus, 1995.

ST. PIERRE, E. A. Methodology in the fold and the irruption of transgressive data. **International Journal of Qualitative Studies in Education**, v. 10, n. 2, p. 175-189, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1080/095183997237278>

ST. PIERRE, E. A. Scientifically based research in education: epistemology and ethics. **Adult Education Quarterly**, v. 56, n. 4, p. 239-266, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1177/0741713606289025>

ST PIERRE, E. A. Post qualitative research: the critique and the coming after. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Sage handbook of qualitative inquiry**. Los Angeles: Sage, 2011. p. 611-635.

ST. PIERRE, E. A. Another postmodern report on knowledge: positivism and its others. **International Journal of Leadership in Education**, v. 15, n. 4, p. 483-503, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/13603124.2012.696710>

ST. PIERRE, E. A. The posts continue: becoming. **International Journal of Qualitative Studies in Education**, v. 26, n. 6, p. 646-657, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/09518398.2013.788754>

ST. PIERRE, E. A.; PILLOW, W. S. Introduction: inquiry among the ruins. In: ST. PIERRE, E. A.; PILLOW, W. S. (Eds.). **Working the ruins: feminist poststructural theory and methods in education**. New York: Routledge, 2000. p. 1-24.

USA. **No Child Left Behind Act of 2001** (Lei n. 107-110). Washington, v. 115, 2002.

VAN CLEAVE, J. L. **Scientifically based research in education as a regime of truth: an analysis using foucault's genealogy and governmentality**. 2012. 186 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - University of Georgia, Athens, 2012.

VISWESWARAN, K. **Fictions of feminist ethnography**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

WOOLGAR, S.; LEZAUN, J. The wrong bin bag: a turn to ontology in science and technology studies. **Social Studies of Science**, v. 43, n. 3, p. 321-334, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1177/0306312713488820>

Recebido em 01/05/2018

Aceito em 10/07/2018

Publicado online em 10/08/2018